



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

**Informação nº 038/2023 – NUREC**

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2023.

**Processo nº:** 00600-00000439/2020-16-e  
**Jurisdicionado (a):** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF  
**Assunto:** Representação  
**Ementa:** Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto à Corte, acerca da Dispensa de Licitação nº 03/2020, Processo SEI nº 00060-00109204/2020-43, referente à contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado – NFCE (Farmácias de Alto Custo da SES/DF), contemplando agendamento, entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte de medicamentos. Lei nº 13.979/2020. Contrato nº 063/2020-SES/DF. Decisão nº 3859/2021. Diligência. Decisão nº 5273/2022. Determinações cautelares à SES/DF. Recurso Inominado. Decisão nº 165/2023. Conhecimento sem efeito suspensivo. Nesta fase: Exame de mérito. Pela negativa de provimento ao recurso e devolução dos autos ao Relator original para se manifestar quanto a pedido de prorrogação de prazo para cumprimento de diligência.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Representação nº 12/2020 – GPCF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCD, acerca da Dispensa de Licitação nº 03/2020, Processo SEI nº 00060-00109204/2020-43, referente à contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado – NFCE (Farmácias de Alto Custo), contemplando agendamento, entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte de medicamentos.

**I - Antecedentes**

2. Na Sessão Ordinária nº 5273, realizada em 06/10/2021, o Tribunal proferiu a Decisão nº 3859/2021 (peça 108), em parte, nos seguintes termos:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) do Ofício nº 2241/2021 – SES/GAB e anexos (e-DOC 32433B02-c); b) do Ofício BRB SERVIÇOS nº 010/2021 (e-DOC 5351566A-c); c) do Ofício nº 3572/2021 – SES/GAB e anexos (e-DOC 78FF9D7B-c); d) do Ofício nº 4037/2021 – SES/GAB (e-DOC 13F4AF18-c) e anexos (e-DOCs 3BBB0B13-c, CAA0CFA3-c, ECFA11B5-c, C197D116-c e C8B9584F-c, respectivamente); e) da Informação nº 61/2021 – DIASP3 (e-DOC 39ED53BD-e); f) do Parecer nº 664/2021-G2P (e-DOC 4743BE16-e); II. **confirmar em caráter definitivo a medida cautelar concedida nos termos do item III da Decisão nº 4.226/2020, mantida por intermédio do item II da Decisão nº 541/2021;**

III. determinar, com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A., com fulcro na requisição administrativa, que foi determinada via Despacho – SES/GAB (Doc. SEI/GDF 48409104), **o valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela referida sociedade empresária aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente), conforme detalhado nos parágrafos 74/79 da Informação nº 70/2020 – DIASP3, no PT 2 – Planilha de Formação de Preços e no relatório/voto condutor da Decisão nº 4.226/2020;**

IV. considerar: a) **cumprida a medida cautelar constante no item III da Decisão nº 4.226/2020, que foi mantida por intermédio do item II da Decisão nº 541/2021;** b) em relação às diligências contidas na Decisão nº 4.226/2020, reiteradas mediante o item V da Decisão nº 541/2021: 1. cumpridas parcialmente as diligências constantes nas alíneas IV.e.2 e IV.h; 2. não cumpridas as diligências inseridas nas alíneas IV.b, IV.e.1, IV.f e IV.i; c) quanto às diligências inseridas na Decisão nº 541/2021: 1. cumpridas pela SES/DF as diligências contidas nos itens IV e VI.; 2. cumprida pelo Banco de Brasília S.A. – BRB a diligência contida no item VI.b; d) parcialmente procedente a Representação nº 12/2020 – G2P, no tocante à legalidade, à economicidade e à justificativa de preços dos procedimentos relativos à Dispensa de Licitação nº 03/2020 (Processo SEI nº 00060-00109204/2020-43);

V. determinar à empresa BRB Serviços S.A. que, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhe ao Tribunal: a) **a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, da Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra dos serviços de separação e entrega de medicamentos em casa;** b) cópia dos contratos celebrados com as seguintes sociedades empresárias: Unihealth Logística Hospitalar Ltda. e Dala Transportes Ltda. – ME, cujo objeto é a entrega de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

*medicamentos em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado – NFCE (Farmácias de Alto Custo);*

*VI. determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas cabíveis e necessárias para ultimar as contratações objeto dos Processos SEI nºs 00060-00367420/2020-10 e 00060-00339274/2020-24 (contratação emergencial e contratação regular, respectivamente), devendo, para tanto, sanar as impropriedades/ilegalidades relacionadas a seguir, ocorridas no procedimento de contratação realizado com base na Lei nº 13.979/2020, no Processo SEI nº 00060-00109204/2020-43, encaminhando cópia da documentação comprobatória ao Tribunal no mesmo prazo: a) em relação à entrega de medicamentos em domicílio: 1. **ausência de justificativas acerca da quantidade dos serviços a serem contratados, com as respectivas memórias de cálculo;** 2. **ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados;** 3. **subcontratação da totalidade dos serviços e quarterização do serviço subcontratado;** b) **ausência de parcelamento do objeto a ser contratado, para fins de melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampla competitividade, sem perda da economia de escala;** c) **ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;** d) **utilização de parâmetro não previsto no art. 4º, do Decreto nº 39.453/2018, para fins de estimativa de preço do valor a ser contratado;** e) **ausência de estimativa prévia de preço do valor a ser contratado;** f) **aceitação de propostas de preços formuladas em planilhas de custos e formação de preços, relativas a gastos com mão de obra, com percentuais de encargos sociais e de BDI com percentuais acima dos patamares permitidos pelo TCDF;***

*[...]*

*IX. reiterar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF o alerta constante do item IV da Decisão nº 2.670/2020, de que “a relação deste Tribunal é com o órgão e não com cada um dos seus setores, isoladamente”, motivo pelo qual deve ser realizada, previamente ao envio de respostas à Corte, “uma crítica dos dados remetidos por cada Departamento, com a finalidade de evitar o encaminhamento de respostas que não atendem às determinações”;*

3. Após cumpridas as determinações por parte da SES/DF e da empresa BRB Serviços S.A., a Unidade Técnica, por intermédio das Informações nºs 15/2022-DIASP3 e 76/2022-DIASP3, analisou a matéria, tendo o Tribunal, na sequência proferido a Decisão nº 5273/2022, a seguir, em parte, transcrita:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:*

*(...)*

*II – considerar, com relação à Decisão nº 3.859/2021: a) cumprida a diligência constante do item III pela SES/DF; b) atendida a diligência constante do item “V.b” pela empresa BRB Serviços S.A.; c) **parcialmente atendida a diligência constante do item “V.a” pela***



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

**empresa BRB Serviços S.A.; d) não cumprida a diligência constante do item VI pela SES/DF;**

**III – reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF o disposto no item VI da Decisão nº 3.859/2021, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, devendo encaminhar ao Tribunal documentação comprobatória do atendimento da diligência;**

**IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, cautelarmente, com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A. com fulcro no Contrato nº 063/2020 ou nos serviços executados mediante requisição administrativa, o valor máximo mensal de R\$ 957.069,62 (novecentos e cinquenta e sete mil, sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), tendo em vista a quantidade de 15 mil entregas mensais, prevista no Projeto Básico da contratação, e o preço unitário de R\$ 21,52 por entrega, praticado nas subcontratações realizadas com as empresas Unihealth Logística Hospitalar Ltda. (e-DOC; 08DCE71B-c) e Dala Transportes Ltda. ME (e-DOC 68386A0B-c);**

**V – promover a audiência dos responsáveis relacionados a seguir, para apresentarem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa, em autos apartados: a) indicados na Matriz de Responsabilização de eDOC C1BA54FF-e, pela irregular aceitação da Proposta BRB Serviços 20032020 (fls. 65/69 e 93/99 do Processo-SEI 00060-00109204/2020-43, associado aos autos), a qual previu erroneamente a realização de 33 mil entregas mensais, contrariando a previsão do Projeto Básico, de 15 mil entregas (situação que afronta os princípios da seleção da proposta mais vantajosa e da economicidade, bem como o disposto no art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, aplicável ao caso por analogia, e que deu causa a prejuízo de R\$ 1.374.878,22, no período em que houve prestação de serviços sob a cobertura do Contrato 63/2020-SES/DF (abril a setembro de 2020), e de R\$ 9.271.096,65, no período em que foram prestados serviços sem cobertura contratual, mediante requisição administrativa (novembro/2020 a maio/2022), totalizando o prejuízo, até maio de 2022, de R\$ 10.645.974,87, conforme indicado nos parágrafos 42 a 60 da Informação nº 76/2022-DIASP3), ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 57, incisos II e III, e 60 da Lei Complementar nº 1/1994, bem como da conversão dos autos em tomada de contas especial; b) do então Diretor de Aquisições Especiais da SES/DF (Sr. Emmanuel de Oliveira Carneiro), tendo em conta sua omissão quando do gerenciamento da contratação, e do Subsecretário de Administração Geral da Pasta de Saúde à época dos fatos (Sr. Iohan Andrade Struck), tendo em conta seu papel preponderante na condução do processo de contratação, pela falha da SES/DF em não reduzir o valor unitário constante do Contrato nº 063/2020 para o serviço de entrega em domicílio (de R\$ 22,40 para R\$ 21,52), em face das subcontratações celebradas pela empresa BRB Serviços S.A. com as empresas Unihealth Logística Hospitalar Ltda. e Dala Transportes Ltda. ME (situação que afronta o princípio da**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

*economicidade, bem como o disposto no art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, aplicável ao caso por analogia, e que deu causa a prejuízo de R\$ 92.343,68, no período em que houve prestação de serviços sob a cobertura do Contrato nº 63/2020-SES/DF (abril a setembro de 2020), e de R\$ 303.761,85, no período em que foram prestados serviços sem cobertura contratual, mediante requisição administrativa (novembro/2020 a maio/2022), totalizando o prejuízo, até maio de 2022, de R\$ 396.105,53), ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 57, incisos II e III, e 60 da Lei Complementar nº 1/1994, bem como da conversão dos autos em tomada de contas especial; c) dos Secretários de Estado de Saúde (desde 2020 até os dias atuais) nominados a seguir, para justificarem a ausência de licitação e, ainda, a falta de cobertura contratual, após o fim da vigência do Contrato nº 063/2020-SESDF, ocorrida em 28.09.2020, tendo em conta a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 57, incisos II e III, e 60 da Lei Complementar nº 1/1994: 1. Sr. Osnei Okumoto (de 01.01.2019 a 16.03.2020 e 25.08.2020 a 27.08.2021); 2. Sr. Francisco Araújo Filho (de 16.03.2020 a 25.08.2020); 3. Sr. Manoel Luiz Narvaz Pafiadache (de 27.08.2021 a 06.06.2022); 4. Sra. Lucilene Maria Florêncio de Queiroz (a partir de 06.06.2022);*

*VI – fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que a SES/DF e a sociedade empresária BRB Serviços S.A. caso queiram, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, apresentem suas considerações acerca do prejuízo total apurado de R\$ 11.042.080,40 (onze milhões, quarenta e dois mil, oitenta reais e quarenta centavos), apontado nos parágrafos 42 a 60 da Informação nº 76/2022-DIASP3 (peça 142, e-DOC 34AC501D-e) e na Matriz de Responsabilização (peça 141, e-DOC C1BA54FF-e), com o ajuste no valor unitário da entrega a domicílio (adoção de R\$ 21,52, em vez de R\$ 22,40);*

*VII – alertar a titular da SES/DF de que a reincidência no descumprimento da determinação constante do item VI da Decisão nº 3.859/2021, sem causa justificada, pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso VII do art. 57 da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o § 3º do art. 272 do Regimento Interno do TCDF;*

*VIII – dar ciência desta decisão à representante e ao Banco de Brasília – BRB;*

*IX – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF, à sociedade empresária BRB Serviços S.A. e aos responsáveis indicados no item V anterior, de modo a subsidiar suas manifestações; b) o retorno dos autos à SEASP/TCDF, para os devidos fins.*

4. Inconformada, a empresa BRB Serviços S.A. interpôs recurso nominado contra o item IV da decisão anteriormente transcrita, desprovido de efeito suspensivo, a teor do que prevê o § 8º do art. 277 do RI/TCDF.

5. Analisa-se, portanto, nesta fase, o mérito do mencionado recurso.

## **II – Recurso nominado da empresa BRB Serviços S.A. (peça 154)**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

6. A recorrente explicou que, “na origem, cuida-se de Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal acerca da ocorrência de **alegado sobrepreço na execução dos serviços** prestados pela Recorrente à Secretaria de Estado de Saúde do DF, o qual consiste no **fornecimento de central telefônica ativa e receptiva** para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (**Farmácias de Alto Custo**) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando **agendamento, entregas** de medicamentos em domicílio e **fornecimento de mão de obra especializada** de nível médio para atividades relacionadas à **separação e transporte** dos medicamentos.”
7. Ressaltou, sobre a referida prestação de serviços, que “a Recorrente inicialmente prestou os serviços por meio de **contratação emergencial**, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, **de 03 de abril/2020 a 28 de setembro/2020**, posto que a SES/DF, em decorrência da **pandemia de COVID 19**, com o intuito de eliminar filas nas farmácias de alto custo do DF, formadas, em geral, por pessoas acometidas de comorbidades que as classificam como grupo de risco, foi ao mercado em busca de contratar empresa especializada para execução dos serviços mencionados, por meio do Ofício nº 60/2020 SES/SUAG/DAESPGEAQ, acompanhado do Projeto Básico - SES/SUAG/CEIC (SEI/GDF – 37293085 – Projeto Básico).”
8. Apontou que, “na oportunidade, considerando o exíguo prazo concedido para apresentação de propostas (02 dias), a BRB Serviços **pautou-se única e exclusivamente ao Projeto Básico**, em homenagem ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, norteador de toda contratação pública, que impõe à Administração e à empresa contratada a observância das normas estabelecidas de **forma objetiva nos atos convocatórios**” e, desse modo, “o mapeamento das atividades e a precificação dos serviços se deram única e exclusivamente de acordo com o descrito e detalhado no Projeto Básico”, merecendo destaque que “**as especificidades do objeto contratado não eram de conhecimento da SES/DF** que, antes da contratação emergencial mencionada, efetuava a entrega dos medicamentos de forma presencial nas farmácias de alto custo e, vale ressaltar, era constantemente criticada pela população e pela mídia.”
9. Asseverou que, “provavelmente em decorrência desse desconhecimento, agravado pela situação de emergência, **a SES/DF não definiu limite máximo de entregas e optou pela contratação no formato de preço global**. A BRB Serviços e as demais empresas do mercado consultadas, **não poderiam se nortear por detalhes mais específicos sobre os serviços para a precificação da contratação pretendida**.”
10. Destacou que, “dessa forma, **nos termos constantes do Projeto Básico divulgado pela SES/DF, a Recorrente, elaborou proposta de serviços para contratação do tipo Preço Global** (quando se contrata a execução do serviço por preço certo e total), de item único, **conforme determinado no item 5 do Projeto Básico SES/SUAG/CEIC** que, inclusive, previu a precificação nos termos da alínea a, do inciso VIII, do art. 6º, da Lei 8.666/93<sup>1</sup>”.

---

<sup>1</sup> Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se: (...) VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

11. Narrou que, “após criteriosa análise do Projeto Básico, restou claro que a **intenção da SES/DF** ao estabelecer as regras contratuais, foi no sentido de que a **contratação** se daria com objeto único, **por preço global**. Nesse sentido, **o objeto não seria fracionado ou individualizado por entrega ou atendimento**. A precificação e a disponibilização de toda a estrutura que envolvesse a execução dos serviços, deveria ser pautada por item único, **conforme estabeleceu o item 5 do Projeto Básico**.”

12. Manifestou que, “**considerando o regime de execução por preço global, a BRB Serviços dimensionou estrutura** de central de atendimento (**callcenter**) para atendimento/realização de chamadas, com volume médio de **2.750 ligações/dia** (item 6.6.2), além da contratação de mão-de-obra para atividades relacionadas à separação, embalagem e transporte de medicamentos para mais de **15 mil entregas/mês**, até o limite de **33 mil entregas/mês**, posto que o referido projeto básico indicava uma obrigação de mais de 15 mil entregas mensais, sem determinar um limitador máximo. **Nesse sentido a BRB Serviços considerou a base de usuários cadastrados, impondo limite máximo de entregas/mês em 33 mil**.”

13. Ressaltou que “a observação constante do parágrafo 38 do Parecer 0842/2020-G2P, exarado pelo Ministério Público de Contas, registrando que ‘o DOD **não demonstrou os cálculos** efetuados para a fixação dos quantitativos de entregas em domicílio por mês e de ligações diárias para os usuários, **uma vez que se limitou a indicar o número total de pacientes cadastrados no CEAF, sem fornecer o quantitativo de entregas efetuadas mensalmente**’.

14. Discorreu apontando que se sagrou vencedora em virtude do **menor preço** ofertado e que não poupou esforços para atender às demandas, buscando a excelência na prestação dos serviços mesmo diante de muitas adversidades, serviço, inclusive, elogiado pela população e com reconhecimento da mídia local.

15. Frisou que, “entretanto, durante a prestação dos serviços, adveio a **Representação nº 00600-00000439/2020-16-e**, em tramitação no TCDF, onde a corte de contas, por meio da **Decisão nº 4226/2020**, após analisar criteriosamente os termos contratados, **ajustou o limite** dos percentuais máximos permitidos por aquela corte de contas em relação aos custos indiretos (**BDI e encargos sociais**), posto que **a SES/DF ao elaborar o Projeto Básico e definir as regras para elaboração das propostas, desconsiderou os referidos limites**, os quais, diga-se de passagem, eram desconhecidos pelas empresas participantes”, havendo, portanto, por parte do TCDF, a limitação do “valor mensal dos serviços em R\$ 1.498.389,62 (um milhão quatrocentos e noventa e oito mil trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos), cabendo ressaltar que **o referido limite foi aplicado na integralidade do contrato, inclusive, de forma retroativa** sobre as faturas já pagas. Assim, **o contrato emergencial foi integralmente cumprido, encerrando-se em 28/09/2020**.”

16. Ressaltou que “o limite imposto à Recorrente na ocasião foi definido pelo

---

contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes: a) **empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total**; b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

*próprio TCDF, que o definiu como padrão para remuneração, respeitando as demais regras contratuais pactuadas, respeitando o previsto no Projeto Básico e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Data máxima vênua, para cálculo do teto remuneratório, o único item que não compôs a análise ocorrida, foi o custo financeiro necessário decorrente do atraso na contraprestação mensal, que por diversas vezes deixou a Recorrente em situação financeira extremamente complicada.”*

17. Apontou que, “*não obstante, após o encerramento do contrato emergencial e, considerando a continuidade da situação de calamidade provocada pela covid-19, bem como pela inviabilidade de se deixar de atender os usuários das farmácias de alto custo, pertencentes aos grupos de risco, em 05/10/2020 (após o término do contrato firmado) a Recorrente foi surpreendida com o ato de governo praticado no âmbito da SES/DF, que consistiu em Requisição Administrativa, ratificada por meio do Ofício nº 7776/2020 - SES/GAB de 26/10/2020, impondo a imediata retomada dos serviços.*”<sup>2</sup>

18. Asseverou que, após o recebimento da Requisição, a empresa BRB Serviços S.A. solicitou **reunião de alinhamento** para definição dos termos em que se dariam a prestação dos serviços, naquele novo cenário, tendo ocorrido em 20/10/2020, com definição das premissas conforme detalhado no Ofício BRB Serviços nº 057/2020<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Despacho SEI 48409104: [...] Isto Posto, considerando o atual momento determino a REQUISICÃO ADMINISTRATIVA, com alicerce na legislação supramencionada, ao BRB SERVIÇOS S/A, concernente ao serviço de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, até que se perfectibilize a contratação emergencial ou regular do serviço em tela, **haja vista que a descontinuidade do serviço poderá causar consequências desastrosas**, com o aumento do contágio, consequente acréscimo da quantidade de hospitalizações culminando com sacrifício de muitas vidas. **Quanto ao pagamento, este será com base nos serviços que já foram devidamente prestados, levando em consideração as decisões exaradas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal -TCDF.** (g.nº)

<sup>3</sup> “ÍNDICES DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS CENTRAL DE AGENDAMENTO - Para medição de resultados da Central de Agendamentos serão considerados os seguintes índices: • Atribuir peso 1 aos agendamentos realizados para fins de medição de resultados; • Trabalhar de forma ativa 95% do mailing enviado (considerando apenas dados de pacientes que estejam completos e corretos); • Atender no mínimo 90% das ligações recebidas. - Para medição de resultados das entregas, serão considerados os seguintes índices: • Atribuir peso 2 às entregas realizadas para fins de medição de resultados (considerar entrega mais mão de obra especializada); • Realizar 95% das entregas domiciliares dos medicamentos efetivamente dispensados pelas farmácias (**no limite máximo de 22.000 entregas/mês**); • Serão considerados os deslocamentos ocorridos para a efetivação da entrega dos medicamentos, as viagens para fins de resultado, tais como: busca de receitas, medicamentos devolvidos após a viagem, viagem ocorrida sem coleta prévia de receita em que fique comprovada a ausência de culpa da contratada e viagem realizada para devolver receita invalidada pelo Farmacêutico ao paciente. • Durante o período de implantação dos serviços, os IMR's previstos poderão ser abrandados, diante da necessidade de ajustes e correções. (Cf. item 10.8 do projeto Básico da contratação inicial). PROCESSOS DE PAGAMENTO - O ateste dos serviços prestados no mês anterior ocorrerá em até 10 dias do mês subsequente, quando será emitida nota fiscal, que deverá ser paga em até 10 dias da emissão. - **O pagamento será limitado a R\$ 1.498.389,62** (um milhão quatrocentos e





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

19. Assentou que, “*ocorrida a reunião mencionada, definidos os novos parâmetros para execução dos serviços, a BRB Serviços ainda se assegurou de juntar ao processo SEI o Ofício mencionado descrevendo todas as tratativas ocorridas, que foram prontamente ratificadas pelo Sr. Secretário de Estado de Saúde (em 06/11/2020 – Documento SEI 50270396)*” e ratificado pelo Sr. Subsecretário de Atenção Integral à Saúde em 09/11/2020 (Documento SEI 50341962).

20. Destacou que “*a Requisição Administrativa ocorreu após a análise de toda essa documentação e com base nas tratativas ocorridas, observando o limite remuneratório imposto, utilizou como modelo de contratação os moldes adotados no contrato SES-063/2020, contudo, definindo a quantidade máxima de entregas em 22 mil e estabelecendo, com base na expertise adquirida, outras necessidades que desde então são cumpridas pela BRB Serviços. Ou seja, basicamente, a única vinculação da Requisição Administrativa com o contrato emergencial firmado anteriormente foi a manutenção da “forma de contratação como preço global” e o limite máximo remuneratório estabelecido pelo TCDF, contudo a planilha de formação de preços utilizada anteriormente não condiz com a realidade da execução dos serviços na Requisição Administrativa.*”

21. Afirmou, ainda nesse sentido, que, “*após a contratação emergencial, firmada em março de 2020, ocorreram três datas bases dos funcionários da BRB Serviços, reajustes de manutenção do callcenter, reajustes de telefonia, diversos aumentos do custo de combustível para os veículos utilizados nas entregas, custos com acondicionamentos e embalagens, além dos reajustes ocorridos junto à empresa de logística*”, e cita, como exemplo, “*o índice de reajuste da folha de pagamento dos funcionários da recorrente em 2020 foi de 3,70%, em 2021 foi de 4,4% e em 2022 foi de 7,19%, o valor das entregas unitárias quando da contratação foi de R\$ 22,40 e atualmente o valor praticado é de R\$ 26,26. Nenhum desses reajustes, tampouco a quantidade de 22 mil entregas pactuadas, foram considerados pelo expert em para o estabelecimento do mínimo definido no relatório técnico que fundamentou a decisão ora atacada.*”<sup>4</sup>

22. Argumentou que “*não há como deixar de observar que o pactuado entre as partes quando das reuniões de alinhamento para execução dos serviços por meio da Requisição Administrativa, que considerou o valor remuneratório de R\$ 1.498.389,62 (um milhão quatrocentos e noventa e oito mil trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos), limite máximo de entregas em 22 mil e demais*

---

noventa e oito mil trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos), **conforme orientação do TCDF**. AVISO PRÉVIO RESCISÓRIO - Apesar da natureza da requisição administrativa, ficou definido aviso prévio obrigatório de no mínimo 30 dias, para que haja desmobilização e dispensa dos colaboradores envolvidos na execução dos serviços requisitados por parte da BRB Serviços. DO LOCAL DE RETIRADA DOS MEDICAMENTOS - O medicamento será retirado, após dispensação dos farmacêuticos, nas 03 unidades da farmácia do componente especializado (Asa Sul, Ceilândia e Gama). Por fim, fica registrada a data de início da retomada da execução dos serviços requisitados em 04 de novembro de 2020, para tanto, aguardamos somente o envio da relação de pacientes por parte dessa Secretaria, para darmos início aos agendamentos.” (g.n)

<sup>4</sup> A informação quanto ao reajuste de 7,9% de 2022 pode ser vista no Processo nº 00600-00015042/2022-91, Doc 103988931.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

*tratativas informadas, vincula a relação havida entre a BRB Serviços e a SES/DF.”*

23. Mencionou que tem suportado reiterados atrasos nas contraprestações por parte da SES/DF e mesmo assim tem mantido elevado índice de satisfação por parte dos usuários do sistema.

24. Aduziu que *“não obstante a todos os fatos expostos, apesar de todas as tratativas e esforços realizados, em 22/12/2022, a Recorrente tomou **conhecimento do deferimento da medida cautelar ora combatida**, constante do **item IV, da Decisão nº 5273/2022**, impondo **novo limite ao valor mensal da remuneração pelos serviços prestados, no valor de R\$ 957.069,62** (novecentos e cinquenta e sete mil e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), fundamentado com base no relatório constante da **Informação nº 76/2022 – DIASP3**, que, ignorando os fatos ocorridos após o fim da relação contratual obtida por meio do contrato emergencial 063/2020, levou ao conhecimento de V. Exa. entendimentos baseados em inverdades, documentação incompleta e informações desatualizadas, que culminaram na decisão mencionada, que traz limitador que inviabiliza a prestação dos serviços, implicando prejuízo financeiro à Recorrente”*.

25. **Quanto ao quantitativo mensal de entregas**, assentou que, *“inicialmente, conforme mencionado, o relatório técnico se ateve ao histórico de entregas realizadas entre o período de abr/2020 e set/2021 para fixar o parâmetro quantitativo de entregas/viagens como novo limitador, o que nem de longe condiz com o atual cenário de entregas”, observando que “o quantitativo mensal de entregas alcança uma média superior a **16.500 mil entregas/viagens mensais**, já tendo alcançado inclusive um montante superior a 18.300 mil entregas no mês de abr/2022 (com projeção de aumento para os próximos meses, haja vista o aumento da **base de usuários** cadastrados que já somam **43 mil**), o que por si só inviabiliza a continuidade da prestação dos serviços com base nos parâmetros apontados pelo relatório técnico.”*

26. O gráfico apresentado pela recorrente (pág. 20 da peça 154) mostra uma variação de 13.846 a 18.342 entregas por mês.

27. Advertiu que *“o quantitativo de entregas oscila, apresentando crescimentos progressivos em alguns meses, **sendo certo que extrapola o quantum informado pelo Expert, baseado em período anterior**, o que justifica a previsibilidade informada na planilha de preço formalizada pela BRB Serviços quando da contratação emergencial, com base no quantitativo de beneficiários existente à época, e, especialmente com o quantitativo negociado entre as partes quando da Requisição Administrativa, que previu **limite máximo de 22 mil entregas mensais**.”*

28. Acentuou que, *“atualmente, a área de contratações da SES/DF está efetuando pesquisa de mercado para contratação regular dos serviços realizados, os documentos utilizados informam um quantitativo de **43 mil usuários cadastrados**, ou seja, um **aumento de 33% da base de clientes** existentes à época da Requisição Administrativa”, ficando claro, dessa forma, que “o quantitativo de entregas observados pelo relatório técnico, não condiz com a realidade praticada e nem de longe alcança o número de entregas efetivamente realizadas atualmente.”*

29. **Quanto ao valor por entregas/viagens**, preveniu que, *“da mesma forma que o quantitativo mensal de entregas, em relação ao preço praticado por viagem, não*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

*merecem prosperar as equivocadas sugestões contidas no r. relatório técnico nº 76/2022-DIASP3, posto que **se baseia apenas no orçamento apresentado pela BRB Serviços em março/2020**, para fundamentar o valor unitário de R\$ 22,40, e posteriormente fundamentar o parecer 1152/2022- G2P da Douta Procuradoria de Contas, que reduziu ainda mais o valor unitário para R\$ 21,52” e, por isso, os dois documentos citados englobam divergência da realidade da prestação de serviços, levando a conclusão equivocada.*

30. Apontou que “o **valor unitário despendido** pela BRB Serviços atualmente alcança o importe de **R\$ 26,26**, aqui mais uma vez se verifica um **fator preponderante que poderá ocasionar a inviabilidade da continuidade da prestação dos serviços se mantido o limitador imposto pela medida cautelar deferida pelo item IV, da Decisão nº 5.273/2022, em face de seu desequilíbrio financeiro.**”

31. Sustentou “que se considerar que a evolução dos **custos de entrega** encontra relação direta com a evolução natural de outros custos relacionados, como por exemplo, a própria evolução dos **custos de pessoal** (reajustes salariais e benefícios), bem como em função da **crise econômica** que assola o país elevando exponencialmente nos últimos anos o preço dos combustíveis, insumo indispensável para a realização das entregas.”

32. Quanto ao aumento no quantitativo de pessoal dedicado, salientou que “durante a prestação dos serviços o **dimensionamento realizado pela SES/DF**, para o quantitativo de colaboradores dedicados ao fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para as atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, **mostrou-se insuficiente** para a realização das atividades, sendo certo que desde o início da operação foi necessário o aumento desse quantitativo” e que “foram contratados e disponibilizados para as farmácias de alto custo, **mais 3 supervisores e 3 auxiliares de logística**, além do quantitativo anteriormente previsto no contrato emergencial, por única e exclusiva necessidade da SES/DF” não condizendo com o parâmetro utilizado na Informação nº 76/2022-DIASP3.

33. Quanto ao aumento na remuneração de pessoal dedicado em face dos ACTs, afirmou que o constante da Informação nº 76/2022 – DIASP3 é equivocado por desconsiderar os Acordos Coletivos de Trabalho firmados entre a Recorrente e o **Sinttel/DF** e que “a BRB Serviços é uma prestadora de serviços, possuindo diversas atividades finalísticas, dentre as quais o call center (serviços de teleatendimento) se destaca como atividade preponderante da Recorrente que atualmente possui mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus colaboradores dedicados para essa finalidade.”

34. Argumentou que “fica evidente que os reajustes dos salários e benefícios dos empregados da Recorrente, assim como seus reflexos e demais consectários legais, obrigatoriamente, devem compor o preço praticado” e que “o objeto dos serviços prestados é fornecimento de ‘central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (Farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos’, atividade relacionada ao objetivo social da Recorrente



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

e da área de atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal – Sinttel/DF.”

35. **Quanto ao custo financeiro**, ressaltou que “deve ser observado quando da **contratação emergencial** que o Projeto Básico, ao tratar dos pagamentos, estipulou o prazo de 30 dias, a partir da competência da prestação dos serviços, para a SES/DF efetuar os pagamentos mensais, contudo, esse prazo nunca foi atendido, considerando os **longos atrasos nos pagamentos**” e que “na **Requisição Administrativa**, foi convencionado que o **atesto dos serviços aconteceria em até 10 dias e o pagamento também em até 10 dias da emissão da nota fiscal.**”

36. Alegou que nenhum dos prazos foram atendidos pela SES/DF, obrigando a recorrente a utilizar recursos próprios e de terceiros para garantir a efetiva continuidade da prestação de serviço, havendo faturas com até 471 dias de atraso, apontando que “nesse sentido, recalculando-se o custo financeiro dos períodos de atraso da SES e aplicadas as taxas praticadas no mercado, os valores financeiros gerados pela inadimplência da SES/DF, importam a um custo adicional total de R\$ 1.209.398,67 (um milhão, duzentos e nove mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), considerando a aplicação da Selic e, considerando a utilização de capital de giro, um custo adicional não previsto de R\$ 2.118.398,78 (dois milhões, cento e dezoito mil, trezentos e noventa e oito reais e setenta e oito centavos) – memória de cálculos anexa.”

37. Em conclusão, alegou que “foi exarada Decisão cautelar que inviabiliza, por questões meramente financeiras, a continuidade dos serviços prestados” e que “a inobservância dos fundamentos apresentados no presente Recurso culminará na **manutenção do limitador imposto por meio do item IV, da Decisão nº 5273/2022, inviabilizando a continuidade da prestação dos serviços**, posto que não cobre sequer os custos atuais da operação, não deixando outra alternativa à Recorrente, senão a de **abandonar a prestação dos serviços...**”

38. Por último requereu “a revogação da medida liminar deferida no item IV, da Decisão nº 5273/2022, posto que, além de fundamentada em premissas equivocadas, inviabiliza a continuidade da prestação dos serviços;” e, com a revogação, “que seja **mantido o limitador anteriormente fixado pelo item III, da Decisão nº 4226/2020**, posteriormente confirmada em caráter definitivo, nos termos do item II, da Decisão nº 3859/2021, até decisão final de mérito.”

### III - Análise

39. De início cabe observar que se trata de recurso inominado contra a medida cautelar constante do item IV da Decisão nº 5273/2022 (peça 147):

*IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, cautelarmente, com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A. com fulcro no Contrato nº 063/2020 ou nos serviços executados mediante requisição administrativa, o valor máximo mensal de R\$ 957.069,62 (novecentos e cinquenta e sete mil, sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), tendo em vista a quantidade de 15 mil entregas mensais, prevista no Projeto Básico da*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

*contratação, e o preço unitário de R\$ 21,52 por entrega, praticado nas subcontratações realizadas com as empresas Unihealth Logística Hospitalar Ltda. (e-DOC; 08DCE71B-c) e Dala Transportes Ltda. ME (e-DOC 68386A0B-c);*

40. Portanto, o cerne da questão gira em torno do fato de o Tribunal ter modificado o valor máximo mensal a ser pago à empresa BRB Serviços S.A., para R\$ 957.069,62, conforme parágrafo anterior, reduzindo o anteriormente definido pela Decisão nº 3859/2021, no valor de R\$ 1.498.389,62.

41. Para defender seu posicionamento, a recorrente alegou inicialmente que se pautou única e exclusivamente no Projeto Básico e que o mapeamento das atividades e a precificação dos serviços se deram única e exclusivamente de acordo com o que ali estava descrito e detalhado, não havendo, portanto, definição por parte da SES/DF de limite máximo de entregas, considerado o regime de execução por preço global.

42. Nesse sentido, destacou que, de acordo com o regime de execução por preço global, houve contratação de mão-de-obra para atividades relacionadas à separação, embalagem e transporte de medicamentos para mais de 15 mil entregas/mês, **até o limite de 33 mil entregas/mês**, posto que o referido **projeto básico indicava uma obrigação de mais de 15 mil entregas mensais, sem determinar um limitador máximo.**

43. Ademais, a recorrente procurou invalidar os cálculos apontados pelo MPJTCD, mediante o Parecer nº 842/2020-G2P, asseverando que “o **DOD não demonstrou os cálculos** efetuados para a fixação dos quantitativos de entregas em domicílio por mês e de ligações diárias para os usuários, **uma vez que se limitou a indicar o número total de pacientes cadastrados no CEAF, sem fornecer o quantitativo de entregas efetuadas mensalmente.**”

44. Primeiramente, ressalta-se que a empresa BRB Serviços S.A. apresentou dois orçamentos elaborados pelas empresas Unihealth Logística Ltda. e Dala Transportes Ltda.-ME, e embora o valor do orçamento da última tenha sido superior ao da primeira, ainda assim ficou abaixo do valor constante da planilha de custos apresentada para o Contrato 63/2020- SES/DF. A Unidade Técnica apontou os valores que deveriam ser ajustados entre a empresa BRB Serviços S.A. e o GDF, caso tivessem sido adotados os valores das duas subcontratações mencionadas, conforme quadro 2, constante no § 8º da Informação nº 76/2022-DIASP3.

45. Na Informação nº 76/2022-DIASP3, a Unidade Técnica delineou didaticamente o motivo para a diferença dos cálculos realizados com base em entendimentos do TCU (peça 142):

*23. Por fim, cabe destacar que a ocorrência de superfaturamento em subcontratações integrais já foi objeto de deliberações do Tribunal de Contas da União – TCU, o qual apresenta dois entendimentos opostos entre si. Embora essas deliberações se refiram a subcontratação integral, entende-se que são aplicáveis ao presente caso, por analogia. Isso porque, conquanto não tenha envolvido todo o objeto contratado, a subcontratação, no presente caso, contemplou a integralidade de um serviço independente dos demais, o qual,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

*inclusive, poderia ter sido objeto de parcelamento na contratação, como apontado no item 4 da matriz de responsabilização (peça 102, e-DOC 8EF092B9-e).*

*24. Assim, o primeiro entendimento do TCU acerca da matéria indica que a diferença entre os pagamentos recebidos pela empresa contratada e os valores por ela pagos na subcontratação deve ser considerada débito, o que se mostra coerente com o que foi defendido na Informação 15/2022-Diasp3. Nesse sentido estão o Acórdão 3.002/2021 – Segunda Câmara<sup>5</sup>, Acórdão 8.220/2020 – Primeira Câmara, Acórdão 4.808/2016 – Segunda Câmara, Acórdão 2.089/2014 – Segunda Câmara e Acórdão 1.464/2014 – Plenário.*

*25. Em sentido oposto, há entendimento de que o superfaturamento deve ser quantificado em função dos preços de mercado e não, simplesmente, pela diferença entre os pagamentos recebidos pela empresa contratada e os valores por ela pagos à subcontratada. Tal posicionamento, coerente com o defendido nesta Instrução, pode ser observado no Acórdão 10.397/2021 – Segunda Câmara<sup>6</sup>, Acórdão 4.349/2018 – Segunda Câmara e Acórdão 2.541/2015 – Plenário.*

*26. No presente caso, tendo em vista a falta de detalhamento dos custos unitários dos serviços de entrega em casa, as análises anteriores realizadas pelo Corpo Técnico sequer foram capazes de indicar se o valor contratado era condizente com os preços de mercado. Destaque-se que o adequado detalhamento dos custos, no caso dos serviços de telefonia (teleatendimento), permitiu à Corte exarar a Decisão 4.226/2020, confirmada pela Decisão 3.859/2021, por meio da qual se constatou sobrepreço de 20,3% já nos valores estimados para o Contrato em questão, tendo em vista a adoção de percentuais elevados para encargos sociais e BDI. Outrossim, vale ressaltar também que tal sobrepreço não se converteu em prejuízo, haja vista a atuação concomitante desta Corte.*

*27. Dessa forma, entende-se que não é possível apontar prejuízo no Contrato firmado com a empresa BRB Serviços S.A. **apenas em função dos valores globais das subcontratações realizadas com as empresas Unihealth Logística Ltda. e Dala Transportes Ltda-ME.**, a despeito do entendimento defendido na Informação 15/2022-Diasp3.*

*28. Entretanto, a documentação encaminhada pela BRB Serviços S.A., em atenção ao item V da Decisão 3.859/2021 (peça 108, e-DOC 45B34FF7-e), permite que se aponte prejuízo nos valores contratados com essa empresa, independentemente das subcontratações realizadas, conforme fundamentação e quantificação demonstradas a seguir.*

46. A fundamentação subsequente da Unidade Técnica relaciona-se com o fato de o regime de execução adotado na Dispensa de Licitação nº 03/2020 ter sido o de empreitada por preço global.

47. Ocorre que, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, **esse regime é indicado quando os quantitativos dos serviços a serem executados puderem ser definidos com precisão.** Por isso, **pressupõe uma definição minuciosa de todos os componentes do serviço, de modo que seus custos possam ser estimados com uma margem mínima de incerteza.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

48. Ainda, o artigo 47 da Lei 8.666/1993 exige que, nas contratações por preço global, a Administração disponibilize, junto com o edital, **todos os elementos e informações necessários** para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e **completo conhecimento do objeto licitado**. Em outras palavras, deve haver **projeto básico com alto grau de detalhamento**, com o objetivo de **minimizar os riscos** a serem absorvidos pela contratada durante a execução contratual, o que resulta, por conseguinte, em **menores preços ofertados** pelos licitantes.

49. Mediante a Informação nº 76/2002-DIASP3 (peça 142), a Unidade Técnica observou que:

*33. Voltando-se ao caso em tela, quanto à escolha do Regime de Execução, o Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 03/2020 (fls. 12 a 35 do Processo-SEI 00060-00109204/2020-43, e-DOC B2652904, associado aos autos) consignou expressamente a escolha da **empreitada por preço global**:*

*18 REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO 18.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, VIII, A, qual seja: **empreitada por menor preço LOTE/ITEM, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.***

*34. Por meio do Ofício BRB Serviços 69/2021 (peça 116, e-DOC BB6C8148-c), a própria empresa BRB Serviços ressaltou que, ao elaborar sua proposta, considerou o regime de empreitada por preço global, conforme trecho abaixo destacado:*

*10. Nesse sentido, norteadas e pautadas nos atos convocatórios produzido pela SES/DF, a BRB Serviços mapeou as atividades a serem executadas e elaborou proposta de serviços para contratação do tipo **Preço Global** (quando se contrata a execução do serviço por preço certo e total), de item único, conforme detalhado no item 5 do Projeto básico, para execução de serviços que, sagrando-se vencedora, deveria iniciar de forma imediata, conforme definido no item 21.1.1 do mesmo diploma legal.*

*11. Diante de tal constatação, a BRB Serviços elaborou sua proposta com dedicação de estrutura de callcenter com capacidade de atendimento do máximo de ligações previsto, bem como calculou a quantidade de mão-de-obra e dimensionou a logística para entrega dos medicamentos da mesma forma, para atender às quantidades máximas previstas no instrumento convocatório. Tais previsões se concretizaram ao final do processo de contratação, quando a Companhia sagrou-se vencedora e passou a executar os serviços.*

*35. Porém, a adoção da empreitada por preço global demandaria, essencialmente, a possibilidade de se definirem, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual.*

*36. No entanto, os serviços em questão nunca haviam sido contratados antes, não havendo, portanto, um histórico de demanda. A despeito disso, ressaltou-se que as justificativas apresentadas para os quantitativos contratados foram consideradas insuficientes na análise empreendida por meio da Informação 61/2021-DIASP3 (peça*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

103, e-DOC 39ED53BD-e), irregularidade que vem sendo tratada no Processo 00600-00010624/2021-08.

37. Assim, entende-se que a empreitada por preço unitário melhor se amoldaria à situação fática, haja vista as incertezas que envolviam a contratação. 38. Entretanto, contrariando o disposto no já mencionado item 18.1, o item 8 do Projeto Básico – PB (fls. 12 a 35 do Processo-SEI 00060-00109204/2020- 43, e-DOC B2652904, associado aos autos) previu os critérios para medição e acompanhamento dos serviços com indicação da possibilidade de adoção da empreitada por preço unitário:

**8. DA MEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS**  
(...)

8.5. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

8.6. **O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados**, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA;

(...)

39. Assim, conforme o item 8.6 do PB, acima transcrito, a apuração e o pagamento dos serviços prestados se dariam pelo regime de empreitada por preço unitário, ou seja, o contratado receberia pelas entregas de medicamentos e pelas ligações telefônicas efetivamente realizadas, tendo como parâmetro os preços unitários contratados.

40. Contudo, observa-se que a execução contratual considerou a aplicação do regime de execução por preço global, sem prejuízo da incidência do índice de medição de resultado – IMR.

41. Portanto, **a despeito da divergência entre os dispositivos do Projeto Básico (item 18.1 versus item 8.6), para fins desta análise, considerar-se-á a adoção do regime de execução de empreitada por preço global.**

**III. Fundamentação e cálculo do prejuízo**

42. A adoção do regime da empreitada por preço global na execução do ajuste não exclui a possibilidade de superestimação das rubricas que compõem tal preço. Inclusive, isso já ocorreu nestes autos, por exemplo, na identificação de sobrepreço nos valores estimados para encargos sociais e para BDI, situação que deu ensejo à limitação cautelar dos pagamentos, contida no item III da Decisão 4.226/2020 e, posteriormente, confirmada mediante o item II da Decisão 3.859/2021.

43. Nesse passo, **observa-se significativa discrepância entre a quantidade estimada no Projeto Básico – PB e a quantidade constante da proposta da BRB Serviços S.A. para entrega de medicamentos.**

44. Com efeito, a indicação da quantidade de entregas foi feita nos itens 2.3 e 6.6 do PB, abaixo transcritos (fls. 13-14 do Processo-SEI 00060- 00109204/2020-43, e-DOC B2652904, associado aos autos):

**2.3. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

(...)

Estima-se aproximadamente **15 mil entregas em domicílio por mês** e 2750 ligações com agendamento efetivado para os usuários por dia.

**6.6. VOLUMETRIA E NÍVEIS BÁSICOS DE SERVIÇOS REQUERIDOS**

(...)

**6.6.7. Entrega:**

**6.6.7.1. > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês.**

45. Contudo, na Proposta BRB Serviços 20032020 (fls. 65/69 e 93/99 do Processo-SEI 00060-00109204/2020-43, e-DOC B2652904, associado aos autos), foi consignada a realização de 33 mil entregas, conforme se observa abaixo:

Dessa forma, após análise criteriosa do Projeto Básico SEI/GDF-37293085, para execução dos serviços emergenciais necessários, a BRB Serviços dimensionou projeto com as seguintes especificações:

- Operação logística por empresa especializada, devidamente licenciada para armazenamento e transporte de medicamentos, seguro dos medicamentos, colaboradores treinados com frota própria autorizada pela ANVISA e adequados à distribuição dos medicamentos, na quantidade necessária para **realização das cerca de 33 mil entregas por mês.**

46. Chama a atenção o fato de a proposta da empresa BRB Serviços S.A. ter indicado a quantidade de 33 mil entregas, uma vez que essa quantidade **não consta do PB, mas sim do Documento de Oficialização de Demanda – DOD** (fls. 7-9 do Processo-SEI 00060-00109204/2020-43, e-DOC B2652904, associado aos autos), embora **se referindo a número de usuários, não de entregas...**

47. Ressalte-se que **o DOD não foi encaminhado aos interessados** em participar da Dispensa de Licitação nem mediante o Ofício 60/2020- SES/SUAG/DAESP/GEAQ (Doc SEI 37301064 - fls. 40/41 do Processo-SEI 00060- 00109204/2020-43, e-DOC B2652904, associado aos autos), nem mediante o Ofício 349/2020-SES/SUAG (Doc SEI 37510147 – fls. 52/56 do Processo-SEI 00060-00109204/2020-43, e-DOC B2652904, associado aos autos).

(...)

48. Não obstante, ainda que o DOD tivesse sido encaminhado juntamente com os demais documentos das convocações para participar da Dispensa de Licitação em questão, **não há margem para se interpretar que deveriam ser feitas 33 mil entregas.** Isso porque **o DOD indicou que, tendo em vista a existência de 33 mil usuários, seriam feitas 15 mil entregas por mês e 2.750 ligações por dia.** Isto é, a quantidade de usuários fundamentou dois serviços distintos – e, para a realização de ligações, a empresa BRB Serviços S.A. adotou corretamente a quantidade prevista no PB. Ademais, como já ressaltado, **não há qualquer menção ao número “33 mil” no PB.**

49. Há que se ressaltar, também, que a empresa declarou que **tomou conhecimento do Projeto Básico** e que tal instrumento deveria prevalecer em caso de divergências com o “Ato Convocatório” (fl. 3 do



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
 SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
 NÚCLEO DE RECURSOS

Processo-SEI 00060- 00109204/2020-43, e-DOC DCE9B6CC, associado aos autos).

50. Ressalte-se que o item 6.6.7.1 do Projeto Básico da contratação indicava que a quantidade de entregas seria “maior que 15.000 entregas em domicílio por mês”, o que poderia gerar dúvida nos participantes da Dispensa de Licitação acerca da efetiva quantidade a ser considerada. Contudo, não é razoável que o número de entregas projetado pela contratada excedesse em mais de duas vezes o montante estimado pela SES/DF.

51. Ademais, já se ressaltou que o item 2.3 do PB indicava que a quantidade de entregas seria 15 mil (ver parágrafo 44 desta Instrução). Da mesma forma, o Instrumento de Medição de Resultado Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio, constante no Apêndice III do Contrato nº 063/2020 - SES/DF, reforça que deveriam ser feitas 15 mil entregas, tendo em vista a indicação de que essa quantidade seria máxima (fl. 158 do Processo-SEI 00060-00109204/2020-43, eDOC DCE9B6CC, associado aos autos), conforme se observa abaixo:

Nº 2 – Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização as entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)

52. Nesse sentido, o Ofício BRB Serviços 69/2021 (peça 116, e-DOC BB6C8148-c) confirma que a proposta elaborada **considerou apenas os termos do PB, sem qualquer menção ao DOD**:

Grupo 5		
a	Instalação de Callcenter	R\$ 51.740,00
b	Telefonia	R\$ 15.000,00
c	Entrega Medicamentos em Casa	R\$ 905.280,00

3. Os valores constantes na planilha acima foram calculados com base nos quantitativos indicados no Edital e Projeto Básico formulados pela SES-DF, para a contratação dos serviços de agendamento e entrega de medicamentos das farmácias de alto custo, quais sejam: instalação de callcenter para execução de 2.750 ligações por dia e 33.000 entregas por mês.

53. Fica evidenciado, dessa forma, que a proposta elaborada pela BRB Serviços S.A., baseada no orçamento constante da peça 126 (e-DOC D41DFEC9- c), bem como os contratos celebrados com as empresas Unihealth (peça 127, e-DOC 08DCE71B-c) e Dala (peça 128, e-DOC 68386A0B-c), **indicaram a quantidade equivocada de 33 mil entregas** (correspondente ao número de usuários discriminado no DOD), **em vez da quantidade de 15 mil entregas, presente tanto no DOD quanto no PB.**

54. Ainda, vale ressaltar que, durante o período avaliado nestes autos, **jamais foi atingida a marca de 15 mil entregas. Com efeito, o intervalo de quantidades de entrega variou entre 2.853 e 14.333, com média de 9.574 entregas.**

**Quadro 3: Estatística – Execução do Contrato – Período abr/2020 a set/2021**

LIGAÇÕES – DIA		ENTREGAS	
Média	3.444,17	Média	9.574,00



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

Mediana	3.301,00	Mediana	10.419,00
Mínimo	1.709,00	Mínimo	2.853,00
Máximo	6.208,00	Máximo	14.333,00

55. Logo, conclui-se que, **mesmo que se adote o regime de empreitada por preço global, o preço proposto deve considerar a quantidade de 15.000 entregas mensais.**

56. Ocorre que o orçamento apresentado pela BRB Serviços S.A. para fundamentar os valores apresentados em sua proposta (peça 126, e-DOC D41DFEC9-c) indicou que o **valor unitário seria de R\$ 22,40 por entrega** (peça 126, e-DOC D41DFEC9-e). Nas **subcontratações** realizadas com as empresas Unihealth (peça 127, e-DOC 08DCE71B-c) e Dala (peça 128, e-DOC 68386A0Bc), os valores unitários foram menores, embora próximos ao valor estimado (**R\$ 21,52** em ambos os ajustes).

57. Portanto, considerando-se o valor unitário de **R\$ 22,40** por entrega, mas **ajustando-se a quantidade contratada de 33 mil para 15 mil entregas por mês**, o valor dos serviços de entrega em casa, constante do orçamento apresentado à peça 126 (e-DOC D41DFEC9-e), deveria ser de **R\$ 336.000,00<sup>8</sup>, em detrimento do valor constante nesse documento, de R\$ 739.200,00**. Consequentemente, **o valor mensal do Contrato 63/2020, firmado com a empresa BRB Serviços S.A. – e demais serviços prestados sem cobertura contratual após o término da vigência do ajuste –, deveria ser limitado a R\$ 974.229,62** (...)

58. Nesse passo, importa destacar que **a Jurisdicionada não indicou ter finalizado a contratação** que sucederia os serviços que estão sendo prestados por meio de requisição administrativa, seja mediante procedimento regular de contratação (Processo SEI 00060-00339274/2020-24), seja mediante procedimento emergencial (Processo SEI 00060-00367420/2020-10), o que indica a continuidade da prestação dos serviços pela BRB Serviços S.A. Em face disso, **sugere-se que seja exarada medida cautelar no sentido de, doravante, limitar os pagamentos devidos à mencionada empresa ao montante mensal de R\$ 974.229,62, até ulterior deliberação desta Corte.**

50. Apesar de a recorrente se insurgir contra os cálculos apresentados pela Unidades técnica na transcrição anterior, o seu argumento é de que **“considerando o regime de execução por preço global, a BRB Serviços dimensionou estrutura de central de atendimento (callcenter) para atendimento/realização de chamadas, com volume médio de 2.750 ligações/dia (item 6.6.2), além da contratação de mão-de-obra para atividades relacionadas à separação, embalagem e transporte de medicamentos para mais de 15 mil entregas/mês, até o limite de 33 mil entregas/mês, posto que o referido projeto básico indicava uma obrigação de mais de 15 mil entregas mensais, sem determinar um limitador máximo. Nesse sentido a BRB Serviços considerou a base de usuários cadastrados, impondo limite máximo de entregas/mês em 33 mil.”**

51. De acordo com o disposto na transcrição do § 49 anterior, ficou claro que não há indicação no Projeto Básico, no Edital ou no DOD de que havia um limite máximo de 33 mil entregas mensais, ao contrário, o **Instrumento de Medição de Resultado Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio**, constante no Apêndice III



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

do Contrato nº 063/2020 - SES/DF, **reforça que deveriam ser feitas 15 mil entregas, tendo em vista a indicação de que essa quantidade seria máxima** (fl. 158 do Processo-SEI 00060-00109204/2020-43, e-DOC DCE9B6CC, associado aos autos).

52. Ademais, no contrato celebrado com a empresa Dala Transportes Ltda, consta no item 6 especificamente (Processo SEI 00600-00015042/2022-91, Doc 103989724):

*6.1 Considerando o valor máximo mensal de R\$ 464.788,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e setecentos e oitenta e oito reais) para entregas por mês, **a contratante garantirá à contratada uma demanda mensal mínima de 10.000 (dez mil) agendamentos para entrega.** 6.1.1 A Contratada deverá disponibilizar a estrutura logística adequada para garantir a quantidade mínima de 15.000 (quinze mil) entregas mensais.*

53. Quanto ao período da Requisição Administrativa, a recorrente frisou que foi utilizado como modelo de contratação os moldes adotados no contrato SES-063/2020, contudo, **definindo a quantidade máxima de entregas em 22 mil**, acrescentou também que ocorreram três datas bases dos funcionários da BRB Serviços, reajustes de manutenção do callcenter, de telefonia, de combustíveis, de acondicionamento de embalagens, e reajustes da empresa de logística. Com isso, afirmou que o **índice de reajuste** da folha de pagamento dos funcionários da recorrente em 2020 foi de 3,70%, em 2021 foi de 4,4% e em 2022 foi de 7,19%, e que **o valor das entregas unitárias quando da contratação teria sido de R\$ 22,40, passando para R\$ 26,26, atualmente.**

54. Argumentou que nenhum desses **reajustes**, tampouco a quantidade de **22 mil entregas pactuadas**, foram considerados no relatório técnico que fundamentou a decisão ora atacada.

55. Ora, salienta-se que a recorrente aduziu que o relatório técnico se ateve ao histórico de entregas realizadas entre o período de abr/2020 e set/2021 para fixar o parâmetro quantitativo de entregas/viagens como novo limitador, o que, de acordo com a recorrente, *“nem de longe condiz com o atual cenário de entregas”*, trazendo novos números que seriam uma média superior a **16.500 mil entregas/viagens mensais**, já tendo alcançado inclusive um montante superior a **18.300 mil entregas no mês de abr/2022** (segundo alega, com projeção de aumento para os próximos meses, haja vista o aumento da **base de usuários** cadastrados que já somam **43 mil**), fatores esse que inviabilizariam a continuidade da prestação dos serviços com base nos parâmetros apontados pelo Tribunal.

56. As entregas apontadas pela recorrente (gráfico da pág 20 da peça 154), para os meses de janeiro a dezembro de 2022 foram: 14.100, 13.846, 15.083, 15.382, 15.634, 17.175, 16.915, 18.342, 14.420, 15.977, 16.613, 15.186. Os quantitativos apontados resultam numa média de 15.723 entregas por mês.

57. O ocorre que esse quantitativo médio, ao contrário do que pretende a recorrente, corrobora o cálculo realizado - de maneira conservadora e considerando o regime de empreitada por preço global - pela Unidade Técnica quando da Informação nº 76/2022-DIASP3 (veja § 49 anterior).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

58. Cumpre destacar que durante o período avaliado, **“jamais foi atingida a marca de 15 mil entregas. Com efeito, o intervalo de quantidades de entrega variou entre 2.853 e 14.333, com média de 9.574 entregas.”**

59. Vale salientar que o d. Relator, no tocante aos valores, ainda acrescentou o que segue (pág. 75 da peça 146):

Quanto ao valor unitário a ser empregado no cálculo do superfaturamento, o Diretor da 3ª Diasp/TCDF destacou que

“(…) o orçamento apresentado pela BRB Serviços S.A. para fundamentar os valores apresentados em sua proposta (peça 126, eDOC D41DFEC9-c) indicou que o valor unitário seria de R\$ 22,40 por entrega (peça 126, e-DOC D41DFEC9-e). **Nas subcontratações realizadas com as empresas Unihealth** (peça 127, e-DOC 08DCE71B-c) e Dala (peça 128, e-DOC 68386A0Bc), **os valores unitários foram menores, embora próximos ao valor estimado (R\$ 21,52 em ambos os ajustes).**” (grifei)

Embora a empresa BRB Serviços S.A. alegue que o orçamento apresentado, em 19.03.2020 (e-DOC D41DFEC9-c), pela empresa UniHealth Logística Hospitalar Ltda. para entrega de medicamentos (com valor unitário de R\$ 22,40/entrega) tenha sido utilizado como referência para elaboração da proposta de preços ofertada na dispensa de licitação sob análise, cabe destacar que o serviço de entrega foi integralmente subcontratado (quarteirizado) junto às empresas Unihealth (e-DOC 08DCE71B-c) e Dala Transportes Ltda. ME (e-DOC 68386A0Bc), em 03.04.2020 (ou seja, 10 (dez) dias antes de o Contrato n.º 063/2020 ser assinado com a SES/DF), por valor unitário ligeiramente menor (R\$ 21,52 em ambos os ajustes).

A meu ver, não há justificativa plausível para que a empresa BRB Serviços S.A. seja remunerada por um serviço integralmente subcontratado tendo por base valor unitário superior àquele que ela paga às empresas quarteirizadas.

Ciente disso, não há outra medida senão acompanhar a sugestão do corpo instrutivo, com o ajuste proposto pelo órgão ministerial (que opina pela adoção do valor unitário de R\$ 21,52 / entrega, em substituição ao valor de R\$ 22,40/entrega aventado na Informação n.º 76/2022-DIASP3), de **deferir nova medida cautelar nestes autos**, determinando à SES/DF, com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, que **observe**, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A., com fulcro no Contrato n.º 063/2020 ou nos serviços executados mediante requisição administrativa, **o valor máximo mensal de R\$ 957.069,62** (novecentos e cinquenta e sete mil e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), tendo em vista a quantidade de 15 mil entregas mensais, prevista no Projeto Básico da contratação, e o preço unitário de R\$ 21,52 por entrega, praticado nas subcontratações realizadas com as empresas Unihealth Logística Hospitalar Ltda. (e-DOC 08DCE71B-c) e Dala Transportes Ltda. ME (e-DOC 68386A0B-c).

Vale asseverar que o valor mensal do Contrato n.º 063/2020 foi originalmente pactuado em R\$ 1.802.625,06, tendo sido posteriormente limitado o pagamento mensal ao valor máximo de R\$ 1.498.389,62 (mediante Decisões n. os 4.226/2020, 541/2021 e



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

3.859/2021), ante a necessidade “de os percentuais adotados pela Contratada [serem ajustados] aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente)”. Agora, por intermédio de nova medida acautelatória, o valor máximo mensal não poderá ultrapassar R\$ 957.069,62, em razão do ajuste promovido na quantidade e no valor unitário das entregas mensais previstas na contratação.

Saliento, ainda, que “a Jurisdicionada não indicou ter finalizado a contratação que sucederia os serviços que estão sendo prestados por meio de requisição administrativa, seja mediante procedimento regular de contratação (Processo SEI 00060-00339274/2020-24), seja mediante procedimento emergencial (Processo SEI 00060-00367420/2020-10), o que indica a continuidade da prestação dos serviços pela BRB Serviços S.A.” (sublinhei)

A fim de corroborar a suposição acima transcrita, pesquisa realizada pelo meu gabinete junto ao DODF e ao portal eletrônico da SES/DF não identificou qualquer publicação relacionada à deflagração de nova contratação (seja emergencial, seja regular) dos serviços de agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado da Pasta de Saúde.

60. Desse modo, tendo em conta os argumentos apresentados pela recorrente e a análise pretérita, não se verificam argumentos suficientes para o desfazimento da cautelar indicada no item IV da Decisão nº 5273/2022, dentro do contexto em que foi proferida.

61. No tocante às alegações da recorrente acerca do valor por entrega/viagens, aumento no quantitativo de pessoal dedicado, aumento na remuneração em face dos Acordos Coletivos de Trabalho<sup>5</sup> e impacto do custo financeiro em virtude dos atrasos nos pagamentos, esses poderão ser verificados em etapa posterior quando da análise das diligências propostas pelo TCDF, desde que acompanhados de documentação probatória.

62. Por fim, durante a instrução dos autos, a Jurisdicionada juntou pedido de prorrogação de prazo (peças 172 e 173), motivo pelo qual será sugerido que, após a decisão de mérito sobre o recurso em análise, os autos sejam encaminhados ao Relator Original para deliberação.

#### **IV - Sugestões**

63. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento da Informação nº 038/2022 – NUREC;
- II. no mérito, negar provimento ao recurso inominado interposto pela empresa BRB Serviços S.A., mantendo íntegro o item IV da Decisão nº 5273/2022;

---

<sup>5</sup> Os acordos coletivos de trabalho dos Trabalhadores em Telecomunicações do DF constam do Processo SEI nº 00600-00015042/2022-91, docs 102990470 e 103990539.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

III. autorizar:

- a) o conhecimento do teor da decisão que vier a ser proferida à recorrente, na pessoa de seu representante legal e à SES/DF;
- b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia dessa decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;
- c) o encaminhamento dos autos ao Relator original para manifestação quanto ao pedido de prorrogação de prazo contido nas peças 172/173.

À consideração superior.

**Assinatura Eletrônica**  
**Carlos Tobias da Silva**  
Auditor de Controle Externo